

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS**

**GABRIELA RIGO DE CONTI**

**ECONOMIA DOS POBRES: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO SOBRE  
O TEMA E NOVIDADES TRAZIDAS PELO AUTORES BANERJEE E DUFLO**

**Porto Alegre**

**2022**

**GABRIELA RIGO DE CONTI**

**ECONOMIA DOS POBRES: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO SOBRE  
O TEMA E NOVIDADES TRAZIADAS PELO AUTORES BANERJEE E DUFLO**

Trabalho de Graduação submetido ao  
Curso de Graduação em Economia da  
Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Daniela Kuhn

**Porto Alegre**

**2022**

**GABRIELA RIGO DE CONTI**

**ECONOMIA DOS POBRES: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO SOBRE  
O TEMA E NOVIDADES TRAZIDAS PELO AUTORES BANERJEE E DUFLO**

Trabalho de Graduação submetido ao  
Curso de Graduação em Economia da  
Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Daniela Kuhn – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dra. Aline Krüger Dalcin  
UFRGS

---

Prof. Dr. Róber Iturriet Ávila  
UFRGS

### CIP - Catalogação na Publicação

de Conti, Gabriela Rigo  
Economia dos Pobres: Historia do Pensamento  
Econômico sobre o Tema e Novidades Trazidas pelos  
Autores Banerjee e Duflo / Gabriela Rigo de Conti. --  
2022.  
57 f.  
Orientadora: Daniela Kuhn.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Pobreza. 2. Desigualdade. 3. Políticas. I. Kuhn,  
Daniela, orient. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Claudia Rigo e Vitor Daniel De Conti, e minhas irmãs, Elisa Rigo De Conti e Lisiê Manjabosco, pelo apoio incondicional ao longo da minha história educacional.

Também agradeço a minha professora orientadora Daniela Kuhn, que me guiou com excelência nesse trabalho de conclusão de curso.

Por fim, agradeço aos meus amigos que foram meu porto seguro ao longo da faculdade. Em especial Gabrielle Santos, minha colega, amiga e fiel escudeira durante os cinco anos de curso.

“A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas. ”

John Maynard Keynes

## RESUMO

Pobreza, pelo conceito do dicionário, é o substantivo feminino que caracteriza o Estado da pessoa pobre, de quem tem carência do necessário à sobrevivência. Também é frequentemente definida como a falta do que é necessário para o bemestar, uma falta de recursos múltiplos, como educação, saúde, saneamento básico e igualdade social. A Economia da Pobreza é o tópico das Ciências Econômicas que estuda esse fenômeno o qual assola a maioria da população mundial, e que por muitos anos se debateu e se avaliou de cima para baixo. Os autores Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo mudaram essa perspectiva ao passar mais de dez anos estudando um grupo de dezoito países subdesenvolvidos, localizados na Ásia e África Subsaariana. O presente trabalho visa analisar a obra **Economia dos Pobres**, de Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo, e trazer um ensaio sobre suas principais ideias e como elas diferem dos estudos tradicionais referentes ao tema. Além disso, o impacto acadêmico dessa obra também é abordado no trabalho.

**Palavras-chave:** Pobreza. Fome. Armadilha da Pobreza. Países Subdesenvolvidos. Educação. Comportamento.

## **ABSTRACT**

Poverty, according to the Portuguese dictionary concept, is the feminine noun that characterizes the state of the poor person, of those who lack what is necessary for survival. It is also often defined as a lack of what is necessary for well-being, a lack of multiple resources such as education, health, sanitation, and social equity. The Economics of Poverty, or Poor Economics, is the topic of Economic Sciences that studies this phenomenon which devastates most of the world's population, and which for many years has been debated and evaluated from top to bottom. The authors Abhijit V. Banerjee and Esther Duflo changed this perspective by spending more than ten years studying a group of eighteen underdeveloped countries located in Asia and SubSaharan Africa. The present work aims to analyze the book Poor Economics, by Abhijit V. Banerjee and Esther Duflo, and to present an essay on its main ideas and how they differ from traditional studies on the subject. In addition, the academic impact of this work is also addressed in the work.

**Keywords:** Poverty. Hungry. Poverty trap. Underdeveloped countries. Education. Behavior.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FREQUÊNCIA DE CITAÇÕES DAS PALAVRAS POVERTY + POVERTY E APENAS POVERTY AO LONGO DO TEMPO.....	23
FIGURA 2 - FASES DO PENSAMENTO SOBRE A POBREZA.....	28
FIGURA 3 - BOX SOBRE OS AUTORES.....	29
FIGURA 4 - A CURVA EM S E A ARMADILHA DA POBREZA.....	32
FIGURA 5 - A CURVA EM L INVERTIDO: NÃO HÁ ARMADILHA DA POBREZA.....	32
FIGURA 6 - AS CINCO PRINCIPAIS LIÇÕES DO LIVRO.....	52

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 CONCEITO E HISTÓRIA DA ECONOMIA DA POBREZA</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1 Olhar sobre a pobreza</b> .....	<b>18</b>
<b>2.2 Iluminismo da Pobreza</b> .....	<b>19</b>
2.2.1 Primeiro Iluminismo .....	19
2.2.2 Transição para o Século XX .....	20
2.2.3 Segundo Iluminismo da Pobreza.....	22
<b>2.3 Conclusão histórica e retomada</b> .....	<b>27</b>
<b>3 O LIVRO: A ECONOMIA DO POBRES</b> .....	<b>28</b>
<b>3.1 Os autores</b> .....	<b>29</b>
<b>3.2 A obra</b> .....	<b>30</b>
3.2.1 O problema da fome.....	34
3.2.2 Saúde.....	37
3.2.3 Educação .....	39
3.2.4 Instituições.....	42
<b>3.3 CONCLUSÕES DO LIVRO</b> .....	<b>52</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>53</b>
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da Humanidade, tivemos a capacidade de organizarmos em sociedade, criar culturas e relacionamentos que trouxeram desenvolvimento e prosperidade para o Homem. Nesse sentido, o interesse pelas temáticas de reprodução e organização social também é de longa data. Ao longo da história, a sociedade foi se entrelaçando de maneira orgânica. Entretanto tiveram aqueles que ficaram, e ficam, de fora desse desenvolvimento e prosperidade – segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Pnud, lançado em 2022, 1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza. A pobreza assola e faz parte do mundo desde sempre, e em todas as sociedades que se conhece sempre existiram aqueles de menor bem-estar. (HEILBRONER, 1996)

Tão velho quanto os estudos sobre a economia são os estudos sobre a pobreza, pois elas estão involuntariamente entrelaçadas. A desigualdade social já é explicitada na Bíblia, que remete há 2.000 anos. Está escrito no Livro dos Salmos 3, "Defendei o pobre e o órfão; fazer justiça ao aflito e necessitado." (Sl 82,3).

Ao longo da História do Pensamento Econômico, diversos conceitos, justificativas e soluções surgiram sobre o assunto, e mesmo assim a pobreza no mundo segue presente.

Segundos dados do *Our World in Data*, em 2010 cerca de 1.09 bilhões de pessoas vivem em caso de extrema pobreza (menos de US\$ 1.90 por dia), onde o sul da Ásia e África Subsaariana possuem a maior parcela, juntos cerca de 818.51 milhões de pessoas. Além disso, o Índice de Gini (atual métrica utilizada para mensurar a desigualdade dos países) chegou a diminuir em alguns países nos últimos tempos. Por exemplo, o Brasil passou de 0.53 em 2019 para 0.49 em 2020, e o México chegou a cair cerca de um ponto percentual na última década.

Entretanto, o cenário atual não é totalmente pessimista. De 2010 a 2018, cerca de 431 milhões de pessoas no mundo saíram da extrema pobreza. Porém, é interessante considerar que vivemos em um mundo onde 4.950 bilhões de pessoas são usuários ativos da internet, (Datareportal.com, Digital 2022: *Global Overview Report*) e a riqueza global aumentou em 10,6% em 2021, mas sem redistribuição (relatório *Standing Still is not an Option – Global Wealth 2022*, BCG, 06.22). Isso mostra que mesmo com tanto acesso a informação e tanta riqueza, ainda existem pessoas que vivem com tão pouco.

Com a ideia de olhar para o tema mais profundamente e com diferentes percepções, o casal Abhijit Banerjee & Esther Duflo passou quase duas décadas trabalhando para compreender os problemas específicos que surgem com a pobreza e encontrar soluções que eles veem como mais consistentes.

Isso os levou até as favelas e aldeias onde vivem as pessoas mais pobres para fazer perguntas, recolher dados e ouvir histórias. A obra “A Economia dos Pobres” (publicado em português em 2021) surge desse intercâmbio de experiências e procura apresentar uma narrativa inédita de como as pessoas em situação de extrema pobreza levam a vida e qual a lógica de suas escolhas econômicas.

Dado os resultados de suas pesquisas, os autores evidenciam que as políticas governamentais destinadas a construir processos sociais de superação das condições de pobreza, seguidamente fracassam, argumentam os autores, por se fundamentam em clichês e suposições equivocadas.

Esse trabalho de conclusão de curso visa fazer um apanhado dos estudos clássicos sobre Economia da Pobreza e pontuar como e por que a abordagem nova de Abhijit Banerjee & Esther Duflo é tão importante e de certa forma inovadora - a tal ponto de levá-los a ganhar o Prêmio Nobel de Economia em 2019.<sup>1</sup>

No que tange a organização do estudo, o trabalho é composto por quatro capítulos, sendo que o primeiro deles é o desta introdução. No segundo capítulo é abordado como a pobreza era vista nas antigas sociedades e como que a perspectivas sobre o assunto foi mudando ao longo do tempo, junto com quem foram os autores protagonistas do tema. Depois, o terceiro capítulo foca no objeto de estudo desse trabalho, livro *A Economia dos Pobres* de Abhijit Banerjee & Esther Duflo. É referenciado no texto suas principais ideias e pontos dos autores. A discussão é em volta de quadro principais temas: fome, saúde, educação e instituições. Por fim, temos as considerações finais.

É importante salientar que o tema da pobreza é interdisciplinar. Ele envolve Ciências Públicas e Políticas, Assistência Social, Psicologia, Direito, e outros diversos campos de estudo. Entretanto, nesse trabalho, apesar de ser impossível dissociar a pobreza desses temas, o olhar é do ponto de vista das Ciências Econômicas,

---

<sup>1</sup> Juntamente com Michael Kramer, Banerjee e Duflo ganharam o *The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 2019*. Motivação do prêmio: “por sua abordagem experimental para aliviar a pobreza global”. (Site oficial do Prêmio Nobel)

envolvendo principalmente economia comportamental e o debate do papel do governo para a melhoria do bem-estar social.

## 2 CONCEITO E HISTÓRIA DA ECONOMIA DA POBREZA

### 2.1 Olhar sobre a pobreza

O fenômeno da pobreza acompanha a humanidade desde os seus primórdios. Contudo, a sua interpretação científica e intelectual variou muito no decorrer da história. Hoje em dia, temos três premissas que são de conhecimento geral e majoritariamente aceitas: a pobreza é um mal social, ela pode ser eliminada e as políticas públicas podem ajudar nesse objetivo. (RAVALLION, 2016).

Dado um contexto social de escravidão e hierarquização da sociedade muito maior e exposta do que hoje, nos anos antes de Cristo percebemos que a marginalização das pessoas era vista como normal e até mesmo necessária. Por exemplo. Aristóteles dizia que:

Que uns governem e outros sejam governados é algo não apenas necessário, mas natural: desde a hora de seu nascimento, alguns homens são designados para a sujeição, outros para o domínio... É claro, então, que alguns homens são por natureza livres, e outros escravos, e que para estes a escravidão é natural e justa. (Aristotles Politics, *apud* RAVALLION, 2016)

Além disso, refutando a premissa atual de que o governo pode ser agente de mudança, grandes pensadores como Cícero (50 a.C) e Tomás de Aquino alegavam que o Estado era importante para a garantia da justiça sob a lei, mas isso não envolvia a distribuição da riqueza ou até mesmo o compromisso com os cidadãos de prover uma qualidade mínima de vida. Se via com muito mais benevolência a caridade privada, vinda da virtude cristã, como meio de ajudar os mais necessitados. (RAVALLION, 2016)

Após esse período, segundo o livro *The Economics of Poverty: History, Measurement, and Policy*, de Martin Ravallion, foi o Mercantilismo que dominou o pensamento econômico dos séculos XVI a XVIII. Nessa fase, o grande foco era maximização do saldo da balança comercial, em especial pela descoberta e recolhimento de metais preciosos decorrente da expansão marítima europeia do período - e nisso a escravização tinha grande papel como mão de obra barata.

Os mercantilistas viam a pobreza como necessária para o desenvolvimento econômico. Salários mais altos, significando um maior poder aquisitivo, prejudicaria o progresso porque os trabalhadores trabalhariam menos. Ou seja, mesmo após o fim da escravidão, era necessário manter uma parcela da população pobre para se

certificar que essas pessoas iriam querer trabalhar. Era central no pensamento Mercantilista sobre a pobreza que os trabalhadores reagiam diretamente a mudanças de salário, afetando principalmente sua motivação. Além de manter as pessoas pobres, os mercantilistas acreditavam que era preciso as manter também sem acesso à educação. Como disse Joseph Townsend, pensador da época que escreveu sobre pobreza:

Os pobres sabem pouco dos motivos que estimulam os escalões mais altos a ação – orgulho, honra e ambição. Em geral, é apenas a fome que pode estimulá-los e incitá-los a trabalhar. (TOWNSEND *apud* RAVALLION, 2016)

## 2.2 Iluminismo da Pobreza

### 2.2.1 Primeiro Iluminismo

Como vemos no livro *The Economics of Poverty: History, Measurement, and Policy*, de Martin Ravallion, essa ideia de que o pobre deve se manter na pobreza para querer trabalhar começa a ser contestada a partir do final do século XVII. Com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, veio o período do Primeiro Iluminismo da Pobreza.

A Revolução Industrial trouxe mudanças sociais, institucionais e políticas, onde a classe trabalhadora vivia em condições irrisórias e a classe média não via possibilidade de ascensão social. Como disse o autor,

Isso contrastava fortemente com as defesas da distribuição do status quo como ordem puramente natural dadas as diferenças intrínsecas entre as pessoas. As massas começaram a questionar as desculpas de longa data para as privações que enfrentavam. (RAVALLION, 2016, pag 37 Oxford University Press.)

Sem demora da Revolução Industrial, veio a Revolução Francesa com seu lema em três palavras: *liberté, égalité e fraternité*. Apesar desses termos inspirarem uma ideia que possa resultar na diminuição da pobreza, eles não trouxeram ganhos no curto prazo para os pobres. Acabou que o termo *égalité*, do português *igualdade*, não foi entendido como equidade de condições de vida, mas sim de direitos legais de oportunidades. A lei deveria ser a mesma para todos e assim permitir oportunidades iguais, mas pouco se discutia sobre a redistribuição de renda.

As condições dessas revoluções fizeram com que o tema da pobreza e desigualdade social ganhasse palco e espaço na discussão pública. Por isso do termo

*Iluminismo* da pobreza. Esse período foi quando os pensadores passaram a reavaliar as normas sociais que até ali justificavam a pobreza e mantinham pessoas na miséria. Dentro desse Iluminismo, Jean-Jacques Rousseau foi um dos primeiros a mudar a perspectiva sobre o assunto. Ele responsabilizou também o governo pela pobreza e desigualdade, muito causadas pela negligência estatal e má conduta das instituições. Ele constatou que os arranjos sociais criavam diferentes privilégios, em que alguns homens gozam do prejuízo dos outros, como o de ser mais rico, mais honrado, mais poderoso ou mesmo de estar em uma posição de obediência. (ROUSSEAU *apud* RAVALLION, 2016)

A partir daí, cada vez mais pensadores da época começaram a debater sobre a pobreza. Um nome importante das Ciências Econômicas que abordou esse tema com um novo olhar em suas obras foi o pai da Economia, Adam Smith. Smith escreveu a obra *Riqueza das Nações* (1776) como uma crítica à visão mercantilista de que o bem-estar econômico de um país deveria ser julgado pela balança comercial.

Ele defendeu uma concepção mais ampla de bem-estar baseada no consumo agregado de bens, incluindo lazer. O progresso contra a pobreza visto como uma meta para o desenvolvimento, em vez de uma ameaça a ele. Também trouxe para discussão políticas de combate à pobreza, como a escolarização básica das “pessoas comuns”. Ele escreveu: “Nenhuma sociedade pode certamente ser próspera e feliz, se a maior parte dos membros são pobres e miseráveis.” (SMITH, 1996.)

Logo na introdução de *A Riqueza das Nações*, Smith lança o embrião do tratamento que conferiu à pobreza:

(...) qualquer trabalhador pobre, pertencendo mesmo ao mais baixo grau social, se for sóbrio e trabalhador, terá a sua disposição um número muito maior de coisas necessárias e úteis para a sua vida do que qualquer selvagem. (SMITH, 1974, p.9).

Está implícita a defesa de que numa nação civilizada e desenvolvida (ou seja, capitalista), o indivíduo, com seu esforço e destreza, pode, por meio do ganho salarial, melhorar de vida. Em outras palavras, para Smith, a pobreza real seria a impossibilidade de obter as necessidades da vida por meio do ganho salarial.

### 2.2.2 Transição para o Século XX

A grande protagonista do período transitório entre o Primeiro e o Segundo Iluminismo da Pobreza foi o a corrente do Utilitarismo.



O Utilitarismo tomou o espaço da Teoria do Contrato Social, desenvolvida por Hobbes e Rousseau que enfatizava direitos e liberdades. Ele emergiu durante o Primeiro Iluminismo da Pobreza e ofereceu a base para a ideia de que o Estado tem sim um papel na determinação de como os rendimentos devem ser distribuídos.

Jeremy Bentham, amplamente visto como o pai fundador do Utilitarismo, defendia que escolhas sociais devem ser feitas de acordo com suas consequências para as utilidades individuais e que - quando alguns ganham utilidade enquanto outros perdem - as escolhas devem maximizar a soma de utilidades em todos os indivíduos da sociedade em questão. (RAVALLION, 2016). Colocando de forma mais simples, é uma doutrina ética que traz a ideia de que uma ação só pode ser considerada moralmente correta se as suas consequências promoverem o bem-estar coletivo.

Nas palavras de Martin Ravallion: "as perdas marginais para os doadores ricos de qualquer transferência de preservação de meios seriam compensadas por ganhos marginais para os beneficiários pobres". Porém, é importante entender que o contrário também é verdadeiro, a perda de bem-estar da pessoa mais pobre pode ser justificada por um ganho da pessoa mais rica, o que importa é a soma das utilidades.

Outra grande discussão econômica desse período foi um debate sobre a Lei dos Pobres. Essa lei, instituída em 1601 na Inglaterra, garantia que a comunidade paroquial recebesse recursos públicos para oferecer atendimento humanitário para a população em situação de alta vulnerabilidade social. Porém, os pobres começaram a ser classificados informalmente como merecedores ou indignos desse auxílio, o que inflamou o debate público sobre a lei e sobre a pobreza.

Além de Bentham, Alfred Marshall teve um papel muito importante nesse período. Ele lançou seu livro *Principals of Economics* em 1890 e trouxe uma colação disruptiva para a época: políticas públicas, não apenas emergenciais de curto prazo, para combater a pobreza deveriam ser realizadas também porque a persistência da pobreza é um impeditivo para crescimento econômico e geração de bem-estar. (MARSHALL *apud* RAVALLION, 2016). O autor trouxe uma visão bem mais otimista sobre os motivos e objetivos que o Estado deve ter para combater a pobreza.

Esse positivismo em relação ao combate à pobreza também acabou aquecendo o tema entre a população e pensadores da época. Famílias começaram a demandar uma melhor educação para seus filhos, visto que eles poderiam prosperar, e presidentes reformistas entraram no poder nos EUA, como Woodrow Wilson, que

estabeleceu a legislação antitruste no seu mandato (fortalecendo a indústria nacional para gerar mais empregos). (RAVALLION, 2016)

No período entre guerras (1918 – 1939), se tinha a impressão de que a pobreza não era mais vista nos países influentes como causada principalmente pelo mau comportamento dos pobres, mas sim como reflexo de problemas econômicos e sociais mais profundos. Durante a Grande Depressão, o desemprego involuntário altíssimo deixou isso claro para a população. Esse evento também foi um divisor de águas para o pensamento macroeconômico mundial, dado que a Teoria Keynesiana e suas políticas intervencionistas foram protagonistas para a recuperação da economia americana.

A pobreza criada pelo desemprego em massa na Grande Depressão foi uma motivação subjacente para a revolução keynesiana na economia. Enquanto o foco primário era estimular a demanda efetiva agregada de modo a restaurar o crescimento econômico, questões de distribuição não estavam muito abaixo da superfície. Na Teoria Geral de Keynes (1936), a interpretação das causas do desemprego previa que era a falta de demanda agregada que impedia o pleno emprego. Isso implicava que uma parcela maior da renda nacional no comando das famílias pobres promoveria o crescimento, até que o pleno emprego fosse alcançado. Isso foi um afastamento significativo do passado pensamento, que havia enfatizado um *trade-off* agregado entre crescimento e capital. (RAVALLION, 2016)

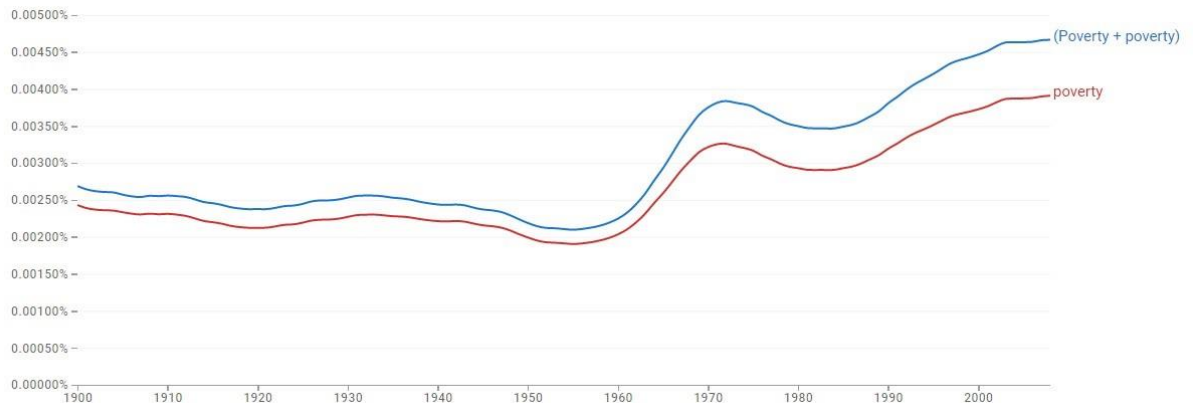
Por fim, foi nesse período transacional que pesquisas de cunho qualitativo e estatístico começaram a ser realizadas com maior volume e compartilhadas com a população, o jornalismo tendo aqui um forte papel. Com isso, as pessoas com maior poder aquisitivo passaram a ter acesso a informação e questionar cada vez mais sobre políticas públicas. (RAVALLION, 2016)

### 2.2.3 Segundo Iluminismo da Pobreza

Após esse período, a partir de 1960 tivemos o Segundo Iluminismo da Pobreza. O tema recebeu mais atenção ao redor do globo, até com um certo entusiasmo da parte dos economistas sobre a luta contra a pobreza. Podemos perceber esse aumento de interesse pelo assunto através do gráfico abaixo, figura 1, que representa o aumento das citações de *Poverty + poverty* e apenas *poverty* na literatura inglesa, livros e artigos. Nota-se um pico nos anos 70 e uma crescente de 1990 até 2008. Esses marcos acompanham o lançamento das obras *A Teoria da Justiça* de John

*Rawls (1971), Desigualdade Reexaminada (1992) e Desenvolvimento como Liberdade (2010)*, ambos de Amartya Sen, além dos outros livros do autor.

Figura 1 - Frequência de citações das palavras *Poverty + poverty* e apenas *poverty* ao longo do tempo



Fonte: Books Ngram Viewer

Similar ao Primeiro Iluminismo da Pobreza, o Segundo Iluminismo também veio acompanhado, ou até mesmo foi causado, por efervescências sociais. Nas décadas de 1960 e 1970 houve uma quantidade significativa de conflitos na África e Ásia - trinta e dois países africanos conquistaram independência de seus colonizadores; houve a Revolução Cultural na China; países como Bangladesh e Índia lutavam contra a fome e todas as colônias lutavam por emancipação e autossuficiência. (RAVALLION, 2016).

No entanto, diferente do Primeiro Iluminismo, o Segundo não veio com o aumento das taxas de pobreza absoluta nos países ricos.

Dado essas agitações, surgiram novos pensamentos sobre políticas de combate a pobreza, que trouxeram questionamentos sobre a eficácia do utilitarismo como base para políticas de combate a pobreza e desigualdade. (RAVALLION, 2016).

Dois grandes autores desse Segundo Iluminismo são John Rawls e Amartya Sen. No seu livro, Martin Ravallion diz que se existe um único marco filosófico no Segundo Iluminismo, com certeza é a obra de John Rawls, *A Teoria da Justiça* (1971). Rawls foi um filósofo político muito proeminente e influente no século XX. Ele trouxe uma forte crítica ao Utilitarismo em seu livro *A Teoria da Justiça* (1971), que David Johnston (1996) expôs de forma clara ao explicar a crítica de Rawls:

A proposição central do utilitarismo, pelo menos na sua forma clássica, é o princípio da maior felicidade. De acordo com este princípio, o melhor resultado é aquele que maximiza a felicidade agregada dos membros de uma sociedade tomada como um todo. Todavia, em algumas

circunstâncias plausíveis, pode acontecer que a maneira de maximizar a felicidade agregada signifique impor um sofrimento considerável a um ou a alguns membros de uma sociedade. (JOHNSTON, 1996)

Além disso, para Rawls, é uma premissa da teoria utilitarista que se todos os indivíduos forem totalmente informados e racionais, concordarão que existe apenas um bem. Porém, o autor afirma que na realidade há uma concepção pluralista de diferentes e até incomensuráveis concepções de bem e assim continuaria a ser mesmo que todas as pessoas fossem muitíssimas informadas e racionais. As pessoas possuem diferentes valores e formulam diferentes projetos, logo essa premissa utilitarista é falsa e não pode ser base para formações de políticas públicas. (JOHNSTON, 1996)

Rawls também traz a interessante ideia de que a maneira pela qual podemos entender a justiça é perguntando a nós mesmos com quais princípios concordaríamos em uma situação inicial de equidade, o nomeado "véu da ignorância". Esse véu sustenta que o desconhecimento da posição final de uma pessoa na sociedade levaria à criação de um sistema justo, pois o tomador de decisão não gostaria de tomar decisões que beneficiem um determinado grupo em detrimento de outro, porque o tomador de decisão poderia teoricamente acabar nos dois grupos. (SILVEIRA, 2003)

Além disso, outro forte ponto da obra de Rawls são os seus dois princípios da justiça (RAWLS, 2002):

- Princípio da Liberdade: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.
- Princípio da Diferença e Igualdade: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos.

Por fim, como muito bem explicou Martin Ravallion:

Rawls abriu caminho para um novo pensamento não utilitarista sobre pobreza e anti-pobreza política. Isso marcou um retorno aos temas que surgiram na Primeira Pobreza Iluminismo, embora estes agora encontrassem formulações mais completas e rigorosas. A redução da pobreza passou a ser vista como um objetivo moral legítimo para a sociedade, no que veio a ser chamado de "suficientarismo" na filosofia. É importante ressaltar que o modelo do que a pobreza é causada também mudou. Em vez de ser culpada apenas pelos maus comportamentos das pessoas pobres, a pobreza passou a ser vista como decorrente em grande parte das circunstâncias fora de seu controle,

dada a interação entre circunstâncias desiguais de nascimento (por um lado) e falhas governamentais de mercado (por outro). (RAVALLION, 2016)

O outro grande autor e divisor de águas no pensamento sobre a pobreza foi Amartya Sen. Ele é um dos grandes nomes dos estudos sobre economia, principalmente a partir da década de 90, especialmente quando falamos de temas sociais, como fome e pobreza. Ele é economista por formação, mas sua obra e respaldo na sociedade vai muito além apenas das Ciências Econômicas.

Sen forneceu novas formas de conceber o desenvolvimento, bem como novas ferramentas para medir os seus fatores, como por exemplo fome, pobreza, desigualdade, crescimento e liberdade. Assim, enquanto algumas das contribuições mais importantes e reveladoras de Sen foram teóricas, muitas outras foram práticas, e a maioria de seus movimentos teóricos foram desenvolvidos com um olhar em suas implicações para questões econômicas ou políticas urgentes do momento. (LAWRENCE, 2019).

Não é por acaso que Amartya Sen idealizou, junto com Mahbub ul Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano, apresentado pela primeira vez em 1990 no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD. Esse índice leva em consideração fatores que não são renda para medir o desenvolvimento, como expectativa de vida, longevidade, taxas de alfabetização e níveis de educação. Isso faz que essa seja uma forma mais abrangente e holística de mensurar o desenvolvimento. (MARQUES; SPOSATO; LOURENÇO, 2018)

O livro “Desenvolvimento como Liberdade” de Amartya Sen (2010) faz uma abordagem a respeito da concepção de liberdade, de maneira processual, chamando a atenção para a real situação de liberdade do indivíduo. Ele destaca as privações relacionadas à ausência de serviços públicos, assistência social, negação de liberdade política, participação social, comunitária, dentre outras. (SEN, 2010)

Entretanto, Sen não se opõe a liberdade do mercado. Ele até diz que “ser genericamente contra os mercados é quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas” (SEN, 2010). Porém, ele enfatiza que essa liberdade deve vir do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca de palavras, bens e presentes. Ou seja, a liberdade de viver uma vida plena.

A finalidade dessa consideração muitas vezes negligenciada não é negar a importância de julgar o mecanismo de mercado de um modo abrangente, com todos os seus papéis e efeitos, inclusive os de gerar crescimento econômico

e, em muitas circunstâncias, até mesmo a equidade econômica. Também temos de examinar, por outro lado, a persistência de privações entre segmentos da comunidade que permanecem excluídos dos benefícios da sociedade orientada para o mercado, e os juízos, inclusive as críticas, que as pessoas podem fazer sobre diferentes estilos de vida e valores associados à cultura dos mercados. Na visão do desenvolvimento como liberdade, os argumentos de diferentes lados têm de ser apropriadamente considerados e avaliados. É difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer ao invés de empobrecer a vida humana. A abordagem aqui adotada propõe um modo mais amplo e mais inclusivo de ver os mercados do que o frequentemente invocado, seja para defender, seja para criticar o mecanismo de mercado. (SEN, 2010)

Isso se conecta com a temática da pobreza porque o autor, a partir desse argumento, consegue construir sua ideia de desenvolvimento - também econômico - em cima dessa ideia de que o ser humano precisa de diferentes fatores para prosperar.

O autor parte do pensamento de que o desenvolvimento se relaciona, sobretudo, com a melhoria de vida que o indivíduo leva e de suas liberdades desfrutadas, permitindo que este interaja de forma significativa socialmente, completando a interação com o mundo. Aqui vemos uma nova ótica sobre o conceito de desenvolvimento - o que antes era visto como puramente medidas econômicas, agora possui uma visão mais humanizada. (LAWRENCE, 2019).

No capítulo três de "Desenvolvimento como Liberdade", chamado "A liberdade e justiça social", o autor fundamenta as abordagens avaliativas específicas, em particular o utilitarismo, o libertarismo e a justiça rawlsiana. Sen acredita que é de suma importância que, para que se alcance a satisfação dos indivíduos e a garantia de desenvolvimento econômico e humano, se cumpra de modo articulado essas três abordagens. E dessa maneira, empreender melhorias que primem pelo bem-estar e contemplação das liberdades substantivas. (SEN, 2010).

Além disso, ele traz que a diminuição de desigualdades econômicas está no melhoramento de oportunidades ligadas aos investimentos e financiamentos em saúde, educação, subsídios ligados ao emprego, divisão de recursos e oportunizar

capacidades que estimulem a erradicação da pobreza. São os fatores que tangenciam a pobreza que podem erradicá-la.

O autor também traz que a questão da fome, futuramente abordada por Abhijit e Duflo (2021), vai muito além da ausência de alimentos, uma vez que os mecanismos de distribuição repetidamente são deixados de lado para o entendimento de tão crucial das causas da fome.

Amartya Sen, através de seus mais de 25 livros publicados e inúmeros artigos, que foram não só de grande qualidade, mas inovadores, trouxe o cerne da questão da pobreza para a falta de liberdade, e não culpa os indivíduos pelo status social em que se encontram. (LAWRENCE, 2019).

### **2.3 Conclusão histórica e retomada**

Durante os dois últimos séculos, passamos por inúmeros eventos históricos e mudanças drásticas da vida em sociedade. A percepção sobre a pobreza também foi mudando e evoluindo conforme os países foram se moldando socialmente e politicamente até os dias de hoje.

Primeiramente, a pobreza foi vista como um mal necessário para a vida em sociedade, e o cidadão pobre estava fadado a ser para sempre pobre devido a sua falta de potencial. Era entendido que sem a pobreza as pessoas não iriam querer trabalhar e a economia não iria crescer. Basicamente, era por medo da fome que as pessoas tinham vontade de trabalhar, e assim teria que ser para sempre. (RAVALLION, 2016).

Dado essa concepção, políticas públicas contra pobreza não eram tema de discussão tão presente, sendo a tarefa de ajudar os mais necessitados normalmente repassada para os ricos. Porém, em tempos em que não havia nenhum tipo de crise, a caridade acabava ficando de lado. Era um período em que havia pouco ou nenhum esforço do Estado para combater permanentemente pobreza, até porque essa responsabilidade também não era vista como do poder público.

Entretanto, com o passar do tempo e graças a inúmeros estudos e pesquisas, essa perspectiva sobre a pobreza foi mudada, e hoje é vista como um enorme problema global em que o governo pode e deve agir para combatê-la. Como disse Martin,

Na época da Segundo Iluminismo da Pobreza, passou a ser entendido que a liberdade e a autorrealização exigiam que as pessoas não fossem constrangidas por privações materiais. A pobreza não era vista como uma condição inevitável, até natural, mas como algo que poderia e deve ser eliminado. O Estado passou a ter um papel de destaque no auxílio a assegurar que todos os indivíduos tenham acesso às condições materiais essenciais para a sua própria realização pessoal - possivelmente esse sendo o requisito mais importante para a equidade, mas também a chave para sair das armadilhas da pobreza. (RAVALLION, 2016).

Podemos encontrar um resumo das fases do pensamento sobre a pobreza na figura 2 abaixo:

Figura 2 - Fases do Pensamento sobre a Pobreza

<b>Origens Antigas</b>	<b>Mercantilismo</b>	<b>Primeiro Iluminismo da Pobreza</b>	<b>Transição para o Século XX</b>	<b>Segundo Iluminismo da Pobreza</b>
A pobreza era visto como natural. As pessoas eram pobres porque mereciam - meritocracia.	Pobreza necessária para o desenvolvimento econômico.	Concepção de bem-estar e uma justificativa moral para lutar contra a pobreza	Utilitarismo se torna a base filosófica dominante para o pensamento econômico voltado a pobreza e bem-estar	Novo pensamento sobre o combate a pobreza devido a maior acesso de dados e ferramentas
O Estado não tinha nenhuma responsabilidade sobre a pobreza - caridade era escolha pessoal	Eram contra a educação dos pobres, eles precisam se manter pobres para ter motivação	A pobreza e a desigualdade não são inevitáveis.	Ocorreu a Revolução Industrial, expansão da ideia Socialista e Movimento Trabalhista	A pobreza se deve a falhas do mercado e governamentais, e políticas públicas são possíveis.
Aristóteles, São Tomás de Aquino, Cícero, Confúcio	Joseph Townsend, Arthur Young, Bernard de Mandeville	Adam Smith, Immanuel Kant, Jean-Jacques Rousseau, Jeremy Bentham	Thomas Malthus, Alfred Marshall, Karl Marx, John Stuart Mill	Amartya Sen, John Rawls, Theodore Schultz, Garz Becker

Fonte: RAVALLION, Martin. 2016

### 3 O LIVRO: A ECONOMIA DO POBRES

O livro em estudo foi escrito em 2011 por dois pesquisadores: Abhijit Banerjee & Esther Duflo, com sua última publicação para o Brasil feita em 2021. Nessa obra, os autores discorrem sobre a economia que emerge da compreensão da vida dos pobres.

Eles questionam as teorias já difundidas sobre a pobreza e é proposto novas formas de enxergar os problemas das populações mais pobres. Dadas as especialidades dos autores, a investigação parte da ótica microeconômica, com



destaque para testes de controle com amostras randômicas. Banerjee e Duflo passaram mais de dez anos pesquisando em países da Ásia e África Subsaariana para conseguir compor as ideias propostas nessa obra.

### 3.1 Os autores

Apesar de suas origens serem muito diferentes, ambos autores decidiram focar seus estudos em pesquisas sobre pobreza.

Esther nasceu na França e Abhijit na Índia, mas ambos tiveram grande parte da sua vida acadêmica nos Estados Unidos. Eles se conheceram no MIT e foram colegas de pesquisa, posteriormente acabaram se casando.

Figura 3 - Box sobre os autores

**Abhijit Banerjee & Esther Duflo**

Esther Duflo nasceu em 1972 em Paris, na França. Duflo é filha de um professor de matemática e desde cedo teve contato com obras humanitárias por conta da mãe, que era pediatra. Esther graduou-se na *Ecole Normale Supérieure* e na *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)*, na França.

Em 2013, a Casa Branca a escolheu para assessorar o presidente Barack Obama em temas de desenvolvimento. Foi ainda parte do novo Comitê para o Desenvolvimento Mundial. Ela é a segunda mulher a vencer um Prêmio Nobel de Economia e a mais jovem.

Hoje Esther é professora de redução da pobreza e economia do desenvolvimento do MIT, nos Estados Unidos, onde completou seu doutorado. Seus trabalhos concentram-se na redução da pobreza, e seu objetivo é demonstrar quais investimentos têm maior impacto positivo na vida de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Já Abhijit Banerjee, nascido em 1961 é um economista indiano-estadunidense e ambos seus pais eram professores de economia. Depois de estudar na Universidade de Calcutá e na Universidade Jawaharlal Nehru em Delhi, obteve seu doutorado na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em 1998.

Banerjee é atualmente professor de Economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), junto com Esther, e ele também lecionou na Universidade de Harvard e na Universidade de Princeton.

Duflo e Banerjee ganharam reconhecimento ao estudar com precisão uma ampla gama de tópicos implicados na pobreza global, incluindo saúde, educação, agricultura e questões de gênero, enquanto desenvolviam novos programas de combate à pobreza com base em suas pesquisas. (MIT News. 2019)

Por mais de duas décadas o casal se dedicou a estudar o assunto da pobreza, mas indo mais afundo e sendo mais detalhista que os autores clássicos. Eles não acreditavam nas tradicionais premissas de que “os pobres são pobres por que não

tentam o suficiente” ou que a solução da pobreza é “dar mais dinheiro para os pobres” e a “ajuda externa mata o desenvolvimento”. (BANERJEE, DUFLO, 2021).

Eles perceberam que na massiva maioria das vezes o pobre é visto mais como uma pessoa, com uma história inspiradora ou trágica, do que como um cidadão comum. Considerando o insucesso presente nas políticas contra a pobreza, os autores entenderam que para solucionar ou pelo menos amenizar de verdade esse problema global era preciso ir além do entendimento do personagem do pobre.

Quando os pobres chegam a ser mencionados (em posicionamentos políticos) em geral é como *dramatis personae* de alguma história edificante ou episódio trágico, para serem admirados ou lamentados, mas não como uma fonte de conhecimento, não como pessoas a serem consultadas sobre o que pensam, desejam ou fazem. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 10)

Após 15 anos vivendo em áreas de extrema pobreza da África Subsaariana e também em outras regiões miseráveis no intuito de estudar essas populações, Abhijit e Esther escreveram o livro “A Economia dos Pobres - uma nova visão sobre a desigualdade”, publicado pela primeira vez, em sua língua original inglês, em 2011 e sua versão mais recente em português em 2021 pela e editora Zahar. Esses estudos levaram os autores a ganhar o prêmio Nobel de Economia em 2019, junto com Michael Kremer.<sup>2</sup>

Como dito no livro,

Na maioria das vezes, o peso das evidências nos obrigou a reavaliar as teorias que trazíamos conosco. Mas não tentamos fazer isso antes de entendermos exatamente por que elas fracassam e como adaptá-las para descrever melhor o mundo. Esse livro surgiu desse intercâmbio e representa nossa tentativa de costurar uma história coerente sobre como as pessoas pobres levam a vida. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 6)

### 3.2 A obra

No primeiro capítulo do livro, os autores iniciam trazendo dados chocantes sobre alguns países pobres. Por exemplo, há 25 países, em sua maioria da África Subsaariana, onde se espera que uma pessoa viva em média não mais que 55 anos,

---

<sup>2</sup> Michael Kremer é professor de Sociedades em Desenvolvimento na Universidade de Harvard. Nos últimos anos, ele tem focado no desenvolvimento de mecanismos para aumentar a eficiência de pequenos produtores rurais em países da África e da Ásia. Kremer foi trabalhar junto com Banerjee e Duflo em meados da década de 1990 com experimentos de campo no oeste do Quênia que mostraram que o aprendizado entre crianças em idade escolar não era causado pela escassez de livros didáticos ou mesmo pela fome. Os três economistas também foram colegas em diversas outras pesquisas.

e que todos os anos 9 milhões de crianças morrem antes de completar 5 anos de idade.

Eles trazem esses fatos para chocar o leitor, mas depois explicam que por esse tipo de sensação que temos, de espanto com a tamanha pobreza, que acabamos acreditando que ela é invencível. Os autores acreditam que precisamos desmistificar isso - é necessário entender que a pobreza é “um conjunto de problemas concretos que, devidamente identificados e compreendidos, podem ser resolvidos um de cada vez.” (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 17).

Aqui já identificamos uma nova perspectiva sobre o problema: olhar de maneira micro para a pobreza, e não focar nas grandes questões, como qual é a causa da pobreza ou se a democracia é boa para os pobres.

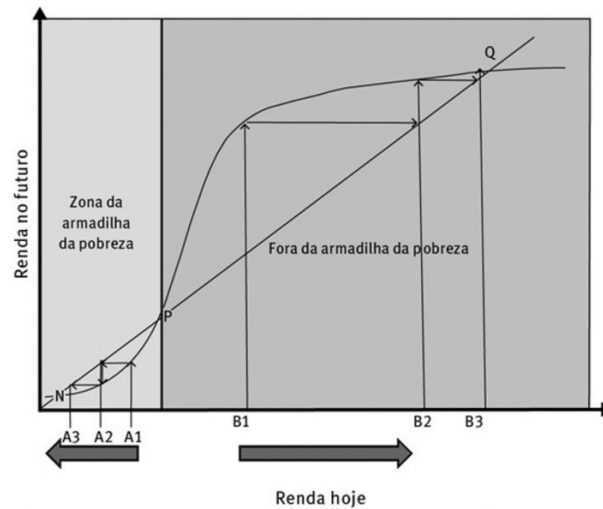
Um autor citado pelo livro que foca mais nesta visão macroeconômica é o Jeffrey Sachs. Ele defende a questão da *armadilha da pobreza*, conceito muito trabalhado no também no livro *A Economia dos Pobres*, que ilustra a ideia de que há populações que estão amarradas a uma situação de miséria devido a fatores incontrolláveis pelo homem, como clima, localização geográfica, doenças virais etc., e que só sairão dessa armadilha com ajuda externa. Os investimentos internacionais ajudam a quebrar o ciclo vicioso de insucessos, e os aumentos de renda consequentes geram mais capital e assim a espiral benéfica continua. (SACHS, 2005)

Na figura 4, podemos ver a curva em S que expõe a armadilha da pobreza.

Segundo o gráfico, a renda atual influencia a renda futura. Por exemplo, o que temos hoje determina o quanto comemos, quanto gastamos com remédios ou com educação dos filhos, se podemos comprar insumos etc., e tudo isso determina o que teremos amanhã ou depois.

A forma em S da curva é a origem da armadilha da pobreza. Na linha diagonal temos a igualdade de renda entre hoje e amanhã. Para os pobres, a renda de amanhã é menos que a renda de hoje, o que se representa no lado esquerdo do gráfico. É quando a curva está abaixo da linha diagonal. Isso significa que, com o tempo, os que estão nessa zona ficam cada vez mais pobres e acabam presos na pobreza, no ponto N. E o ponto P, é para aqueles que começam já fora da zona da armadilha, onde a renda de amanhã é maior que a de hoje, logo se tornam cada vez mais ricos.

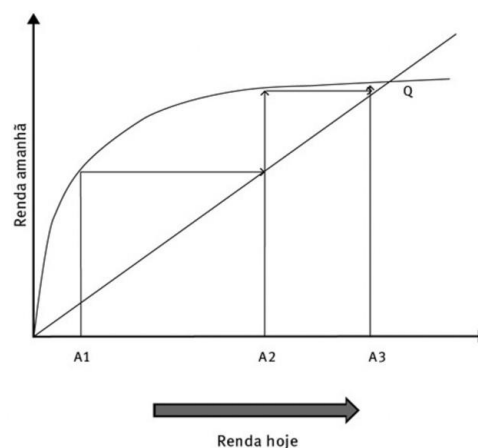
Figura 4 - A curva em S e a armadilha da pobreza



Fonte: BANERJEE, Abhijit. DUFLO, Esther. 2021, pag 27

No entanto, há muitos economistas que não acreditam na armadilha da pobreza. Para eles, o mundo se parece mais com a curva de L invertida, figura 4. A curva sobe rapidamente no início e depois desacelera. Nessa hipótese sem armadilha, as pessoas mais pobres vão ganhando mais do que a renda que começaram e se tornam mais ricas com o tempo, até que eventualmente sua renda para de crescer. Por esse olhar, não há muito que se pode fazer pelos pobres. É possível ajudar pontualmente a subir um pouco na curva, mas não é viável mudar sua trajetória.

Figura 5 - A curva em L invertido: não há armadilha da pobreza



Fonte: BANERJEE, Abhijit. DUFLO, Esther. 2021, pag 28

Essa curva sobe mais rápida no início e depois desacelera. Não há lado esquerdo plano, logo não há armadilha da pobreza. As pessoas sempre têm mais no amanhã do que no hoje.

Essa ideia das curvas já é tratada no início do livro (e seguem sendo citadas ao longo de toda obra), na Parte 1: Vidas privadas. Nessa primeira metade, o livro trata dos tópicos de fome, saúde, educação e fecundidade, sendo os três primeiros os em ênfase nesse TCC. Na segunda parte, nomeada Instituições, os autores trazem como os players de mercado e governamentais atuam em relação ao tema.

Uma obra citada pelos autores é o livro “O Fim da Pobreza”, lançada em 2005 e escrita por de Jeffrey Sachs. Nesse livro, Jeffrey, que acredita na armadilha da pobreza, traz o ponto que talvez seja apenas uma ajuda específica para fazer com que as famílias pulem para o lado direito do gráfico na figura 4.

Para o autor (Sachs) países inteiros estão presos na armadilha da pobreza devido a problemas de saúde. Seu exemplo mais recorrente é o da malária, onde há países em que 50% da população está exposta a doença. Por exemplo, temos o país africano Zâmbia, onde a malária é endêmica. Dado a essa situação de saúde pública, a população está presa no lado esquerdo da curva do gráfico da figura 4. A sua força de trabalho enfraquecida pela malária se torna menos produtiva, logo pobre demais para poder pagar pela erradicação da doença. Porém, se existisse uma ajuda externa nesse combate, eles poderiam ir para o lado direito da curva, no caminho da prosperidade. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 62) (SACHS, GALLUP, 2001).

Porém, um ponto em que Banerjee e Duflo trazem sobre a obra de Sachs é que tem autores que dizem que a Zâmbia não é pobre por causa da malária, mas sim pela incapacidade do governo de erradicar a doença.

Além disso, para contrapor a essa ideia, os autores também trazem como referência o trabalho de William Easterly<sup>3</sup> e Dambisa Moyo<sup>4</sup>, que tem suas obras baseadas na ideia de que ajudar os pobres faz mais mal do que bem. Eles acreditam muito na justiça do livre mercado, então enxergam que dar um incentivo para os desfavorecidos acaba os colocando numa zona de conforto onde deixam de buscar suas próprias soluções. Para eles,

A melhor aposta para os países pobres é confiar numa ideia simples: quando os mercados são livres e os incentivos são corretos, as pessoas podem encontrar maneiras de resolver seus problemas. Elas não precisam de esmolas de estratégias nem dos próprios governos. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 18).

---

<sup>3</sup> The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Ren Have Done so Much Ill and So Little Good. 2006.

<sup>4</sup> Dead Aid: Why Aid Is Not Working and How There Is a Better Way for Africa. 2009.

Com esse dilema que o livro *Economia dos Pobres* traz sua primeira indagação: “Em quem devemos acreditar? Nos que dizem que a ajuda pode resolver o problema? Ou naqueles que afirmam que ela só piora as coisas?” (pag 18). Para chegarmos em uma conclusão precisamos de provas, e para essas grandes questões os dados infelizmente não são de muita confiança - o livro traz o exemplo de que não se vê muita diferença de desenvolvimento nos países que receberam ajuda externa e nos que não, mas não podemos concluir que a ajuda é falha porque é possível que esse incentivo salvou os países de uma crise. Não temos como saber o que teria acontecido caso os países não tivessem recebido auxílio. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 18-19)

A pobreza é um tema complicado com diversas opiniões. Porém, não há evidências suficientes de que esse mal não tem solução. É preciso olhar com outra perspectiva e com complexidade para um problema complexo. O livro é uma longa resposta que discorre sobre os detalhes da pobreza e quais são os pontos de maior atenção desse problema que por muitos são subestimados.

### 3.2.1 O problema da fome

Quando pensamos em uma pessoa pobre, muitas vezes a primeira coisa que vem em mente é: será que pelo menos ela tem o que comer? E esse pensamento não é à toa. Segundo o relatório *Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022*, lançado pela ONU no dia 6 de julho de 2022, o número de pessoas afetadas pela fome em todo o mundo subiu para 828 milhões em 2021. Isso é pelo menos seis vezes a população do Brasil, segundo dados do IBGE.

Visto isso, se torna natural que uma grande parte dos esforços dos governos para ajudar os pobres é o subsídio alimentar, como por exemplo distribuições de cestas básicas. Além disso, não é por acaso que a pobreza e a fome andam juntas: a incapacidade da população pobre de se manter bem nutrida a prende na armadilha da pobreza. Quanto mais faminto, menos produtivo, menos lucrativo e constantemente pobre. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 37).

Entretanto, mais uma vez argumentando contra a lógica tradicional, Abhijit e Duflo trazem um contraponto. Durante sua década de pesquisas, notaram que quando uma pessoa de baixo poder aquisitivo se depara com um dinheiro extra, comprar mais comida não está nas suas prioridades. Por exemplo, em Udaipur (cidade na Índia), os

autores descobriram que uma típica família pobre poderia gastar até 30% mais em comida se não gastassem com álcool, tabaco e festivais. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 39).

Outra pesquisa interessante que exemplifica essa ideia é a de Robert Jensen e Nolan Miller. Em seu estudo intitulado "*Giffen Behavior and Subsistence Consumption*", de 2008, eles forneceram subsídios no preço do alimento básico em duas regiões da China, para famílias aleatoriamente escolhidas. Por intuito, era esperado pelos autores que as famílias comprassem mais dos grãos em promoção, mas a realidade é o contrário: as famílias que receberam subsídios para arroz ou trigo consumiram menos desses dois itens e comeram mais camarão e carne. "Mais uma vez isso sugere que, pelo menos entre essas famílias urbanas muito pobres, obter mais calorias não era uma prioridade, mas sim obter calorias mais saborosas." (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 40).

Esses fatos nos fazem questionar então se a armadilha da pobreza da fome é verídica. Se os pobres fossem de fato se tornar muito mais produtivos e tivessem um aumento da renda considerável, eles deveriam então optar por esse caminho. Acontece que isso não se prova na realidade. Pesquisas feitas por John Strauss em 1986 mostram que não há aumento acentuado da renda depois que as pessoas começam a comer o suficiente.

Sabemos que no período da Idade Média era completamente diferente, existia uma escassez de alimentos, e por isso a armadilha da pobreza se aplicava - mas no mundo atual não faltam alimentos. Amartya Sen mostra em seu artigo *Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements*, de 1981, que as fomes mais recentes não foram causadas pela indisponibilidade de alimentos, mas por falhas institucionais que levaram a má distribuição deles, ou pelo acúmulo e armazenamento em face da fome em outros lugares. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 43-45).

Também é preciso levar em consideração que na vida dos pobres, muitas vezes há coisas mais importantes que comida. Os autores contam que ao entrevistar um homem que vivia numa aldeia remota em Marrocos, ele disse que se tivesse mais dinheiro iria comprar mais comida, e se tivesse ainda mais dinheiro compraria comidas mais saborosas. Porém, Abhijit e Duflo notaram que a sala em que estavam, na casa desse marroquino, possuía uma televisão, uma antena parabólica e um dvd player. Ao questionar sobre porque ele havia investido nesses aparelhos e não em comida, o

homem disse: “Ah, mas televisão é mais importante do que comida!”. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 54).

Essa passagem ilustra bem como funciona a priorização de uma família pobre. Supomos que uma pessoa numa aldeia passe no máximo 3 horas do seu dia comendo e 8 dormindo, ela precisa também ter o que fazer nas outras 13 horas. E não apenas trabalho ou compromissos sérios, o ser humano precisa de entretenimento. Como dizem os autores: “Em geral, é evidente que as coisas que tornam a vida menos entediante são uma prioridade para os pobres”. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 55).

Frequentemente, pessoas de classes mais altas se questionam o porquê de os pobres não investirem em compras e serviços que realmente podem melhorar a suas vidas. A resposta é simples: o longo prazo é muito distante. O pobre tem o foco no aqui e agora, maximizando seus prazeres no hoje. Mais para a frente nesse trabalho, esse tópico chamado “inconsistência do tempo” é aprofundado.

Com frequência, tendemos a ver o mundo dos pobres como uma terra de oportunidades perdidas e nos perguntamos por que eles não adiam essas compras e investem no que realmente tornaria a suas vidas melhores. Os pobres, por outro lado, podem ser mais céticos a respeito de supostas oportunidades e da possibilidade de qualquer mudança radical em suas vidas. Muitas vezes se comportam como se pensassem que qualquer mudança que seja significativa o suficiente para valer a pena levará tempo demais. Isso pode explicar por que eles se concentram no aqui e agora, em viver suas vidas de maneira mais agradável possível, celebrando quando a ocasião exige. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 56).

Apesar do que o que foi apresentado até aqui sobre a fome pareça pessimista, essa causa não está totalmente perdida. Primeiro, entendemos que devido as preferências individuais, muitas vezes as dietas dos adultos podem ser fracas em micronutrientes. Segundo os autores, a tecnologia dos alimentos precisa ser focalizada para aumentar a qualidade nutricional daquelas comidas em que as pessoas sentem prazer em comer. Além disso, sabemos que é de suma importância uma boa alimentação para mulheres grávidas e crianças pequenas, refletindo futuramente até nos seus níveis salariais.<sup>5</sup>

Visto isso, políticas voltadas para esses grupos onde se investe diretamente na nutrição de crianças e gestantes trazem enormes resultados para as famílias e aldeias. Como exemplo dessas políticas, temos o caso de que na Colômbia pacotes de

---

<sup>5</sup> Estudo feito no Quênia sobre o efeito de longo prazo da vermifugação infantil. Ele concluiu que ser vermifugado por dois anos ao invés de um durante a infância conduziria a um ganho de renda na vida inteira de US\$ 3269 PPC. BAIRD, S. HICKS, J. KREMER, M. MIGUEL, E. *Worm at Work: Long Run Impacts of Child.* 2010.



micronutrientes são borrifados nas refeições das crianças na pré-escola, e no México os pagamentos da previdência social vêm com suplementos nutricionais gratuitos para a família. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 55).

### 3.2.2 Saúde

Mantendo em foco do pensamento do momento presente, podemos também refletir sobre as soluções dos sistemas de saúde e porque tantas vezes falham.

Jeffrey Sachs, já citado anteriormente, coloca em foco na sua obra "O fim da pobreza" a armadilha da pobreza da saúde. Para ele, países inteiros estão presos nessa armadilha. Por exemplo, uma família com um pai doente acaba tendo sérias dificuldades financeiras, e caso um filho adoça, não haverá recursos para tratá-lo. Ou seja, a doença do pai traz miséria para família, a criança continua doente devido a falta de recursos e acaba não frequentando a escola. Logo, a pobreza assoma seu futuro. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 61).

Essas famílias estão do lado esquerdo da curva S (figura 4), e para Sachs, é preciso um incentivo financeiro para que possam pular para o lado direito e sair da armadilha. Porém, há um problema nessa teoria de Sachs: existem tecnologias simples e extremamente baratas que poderiam resolver inúmeras questões de saúde. Como mosquiteiros, uso de cloro na água e SRO (solução de reidratação oral).

Como exemplo, os autores trazem dados sobre uso de água sanitária para tratar diarreia na Zâmbia. Uma garrafa de Chlorin custa US \$0,18 (PPC), e se utilizada para purificar a água pode reduzir a diarreia em crianças pequenas em até 48%. No entanto, apenas 10% da população se utiliza dessa tática. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 67).

Esse exemplo ressalva a dificuldade fundamental do problema de saúde. Abhijit e Duflo explicam: "existem soluções para se sair da armadilha da pobreza, mas elas nem sempre estão no lugar certo, e as pessoas parecem não saber como utilizá-las ou mesmo se querem fazer isso." (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 68).

Outro fato interessante sobre esse cenário é que por os pobres não se interessarem em investir com pequenas coisas para melhorar sua saúde, pode-se presumir que eles não estão dispostos a gastar dinheiro com saúde. A pesquisa feita pelos autores em 18 países mostra que na verdade as famílias gastam uma

quantidade considerável com cuidados de saúde, porém são em caso de emergência ou drogarias.

Isso desperta um questionamento: por que os pobres não aderem a tratamentos baratos ou até mesmo gratuitos, mas não medem esforços para outros tipos de assistência?

A resposta dessa pergunta, como os autores discorrem no livro, é multifatorial. A pesquisa dos autores é centrada na Índia e países da África Subsaariana, onde existe uma forte presença da religião, e muitas regiões são remotas e o acesso à informação não é tão presente quanto deveria (e quando há esse acesso, não se leva a sério). (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 66-73).

Primeiramente, existe a questão da credibilidade dos profissionais de saúde. Muitas mães não acreditam no poder do SRO distribuído gratuitamente nos postos de atendimento das vilas - elas querem um remédio intravenoso que rapidamente melhorará o ânimo de seu filho. Segundo, nos países em pesquisa descobriu-se que há um enorme absentismo dos profissionais da área, na Índia a taxa média de absentismo chega a ser de 43% (CHAUDHURY, 2006).<sup>6</sup> Também na Índia, sabe-se que os provedores públicos gastam em média cerca de dois minutos por paciente. (DAS, J. HAMMER, J. LEONARD K, 2008)<sup>7</sup>. Ou seja, podemos concluir que as pessoas evitam a sistema público de saúde porque ele é na maioria das vezes incompetente.

Uma das pesquisas mais relevantes dos autores nesses 10 anos e 18 países foi a do dal. Na cidade de Udaipur, Índia, em parceria com a ONG Seva Mandir, Abhijit e Duflo conduziram uma experiência piloto: oferecer um quilo de dal (grão típico da região) por cada imunização e um conjunto de pratos de aço inoxidável para quem completasse o ciclo vacinal. Apesar de previsões pessimistas por parte dos locais, o experimento foi um absoluto sucesso. A taxa de imunização nas aldeias participantes aumentou sete vezes. Isso indica que as pessoas respondem a incentivos. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 83).

Esse resultado surpreendente é explicado na seção do livro chamada “Resoluções de Ano-Novo” (pag 85). Nela, Abhijit e Duflo desenvolvem a ideia da “inconsistência do tempo”: nós pensamos sobre o presente de forma muito diferente

---

<sup>6</sup> CHAUDHURY, N. *Missing in Action: Teacher and Health Worker Absence in Developing Countries*. 2006

<sup>7</sup> DAS, J. HAMMER, J. LEONARD K. *The Quality of Medical Advice in Low-Income Countries*. 2008

de como pensamos sobre o futuro. No presente, somos imediatistas (não queremos esperar em filas, por exemplo) e queremos que tudo aconteça no agora, mas prazeres momentâneos parecem menos relevantes se pensamos no futuro.

“Nossa inclinação natural é adiar os pequenos custos, de modo que eles sejam suportados não por nosso eu de hoje, mas por nosso eu de amanhã.” (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 85). Os pais de crianças pobres podem até estar convencidos da importância do cloro na água, da vacinação ou do uso de mosquiteiros, mas os benefícios dessas ações ocorreram num futuro quiçá distante, quando o custo é incorrido no presente.

Já no experimento do dal, se recebe um benefício instantâneo, mesmo que o bem maior seja feito no longo prazo. Com isso, se prova que com pequenos incentivos, “empurrões” dados pelo governo, podemos dar uma razão para a população pobre agir hoje, ou invés de adiar indefinitivamente ou sofrer piores consequências no futuro. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 86-87).

E engana-se quem pensa que as populações mais ricas não recebem esses incentivos. As nossas casas já possuem saneamento básico, nossa água já é tratada e nossas crianças precisam tomar vacina para frequentar a escola, e mesmo se não tomarem estão mais protegidas porque a grande maioria é imunizada. Nossos incentivos estão escondidos na comodidade que países ricos detêm. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 89).

Segundo os autores,

Pela mesma razão que aqueles que moram em países ricos vivem cercados de empurrões invisíveis, o objetivo principal da política de saúde nos países pobres deve ser tornar tão fácil quanto possível para o povo a obtenção de cuidados preventivos, ao mesmo tempo que regulamenta a qualidade do tratamento que as pessoas podem receber. Um lugar óbvio para começar, tendo em vista a alta sensibilidade aos preços, é fornecendo serviços preventivos gratuitamente ou até recompensando as famílias por recebê-los, e fazendo-as receber a opção-padrão natural, quando possível. Dispensadores de cloro gratuitos devem ser colocados perto das fontes de água; os pais devem ser recompensados por imunizar seus filhos; as crianças devem receber vermífugos suplementos nutricionais na escola; e deve haver investimento público em infraestrutura de água e saneamento, pelo menos em áreas densamente povoadas. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 90).

### 3.2.3 Educação

Outro grande vilão da pobreza, um dos mais famosos, é a educação. Acredita-se que a educação de baixa qualidade dos países em desenvolvimento os prende do lado esquerdo da curva da armadilha da pobreza, dado que um cidadão sem

qualificação profissional ou técnica não consegue prosperar e se perpetua na miséria. Tão grande é o problema, que dois dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm a educação como tema. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 94).

Porém, em nenhum desses objetivos se fala da qualidade da educação. O objetivo principal é que as crianças frequentem a escola, não necessariamente aprendam alguma coisa. Os autores trazem como exemplo a Pesquisa Mundial do Absentismo, realizada pelo Banco Mundial, em 2002 e 2003, a qual traz o assustador dado que na Índia cerca de 50% dos professores de escola pública não estão presente em sala de aula quando deveriam. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 95).

Existe uma grande dificuldade de encontrar qual é de fato o problema da educação. Seria a falta de demanda? Ou de oferta? Ou a baixa qualidade das escolas? Mais uma vez a economia traz sua grande dicotomia para o debate: têm aqueles que acreditam na necessidade de um forte incentivo do estado, e outros que defendem o *laissez-faire*.

Os autores trazem a denominação *wallahs*, termo indiano que significa *fornecedor de*, para nominar dois grupos: os *wallahs* de oferta e os *wallahs* de demanda. Os *wallahs* de oferta acreditam que precisamos encontrar uma maneira de pôr todas as crianças dentro de uma escola, com bons professores, e o resto se organizará por si só. Já os *wallahs* de demanda acreditam que o insucesso do sistema educacional se dá pelo pouco valor visto pelos pais em filhos frequentarem escolas – eles não se importam com a educação porque seus retornos são baixos. Para esse grupo, uma vez que as famílias notarem que o mercado de trabalho demanda uma mão de obra instruída e com conhecimento técnico, o sistema educacional iria se valorizar por si só. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 97).

Uma política econômica famosa e seguidamente atrelada a educação é a transferência condicional de renda. Ela significa que uma família pode receber um incentivo monetário, mas somente se cumprirem com alguma condição. Por exemplo, no Brasil, temos o Bolsa Família: as famílias recebiam o auxílio do governo se as crianças estivessem matriculadas em alguma escola e com a carteira de vacinação em dia. Com esse posicionamento, suprimos os que os *wallahs* de oferta apontam. Essa política se iniciou no México e se disseminou para diversos países, permitindo que o Banco Mundial realizasse uma pesquisa. Três grupos foram formados. Em dois, as famílias recebiam uma transferência de renda, um grupo com condicional e outro não, e o terceiro não recebia transferências. Um dos resultados da pesquisa foi

particularmente interessante: os efeitos foram os mesmos entre aqueles que obtiveram a transferência condicional e os que tinham a transferência incondicionalmente. Isso sugere que os pais não precisam ser obrigados a levarem seus filhos a escola, apenas necessitam de ajuda financeira. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 102).

Outro dado importante vem das descobertas dos próprios autores em suas pesquisas:

Com efeito, em nosso conjunto de dados de dezoito países, descobrimos que a parcela de gastos com educação aumenta à medida que subimos dos que vivem com menos de 99 centavos de dólar por dia para os que estão na categoria de seis a dez dólares por dia. Tendo em vista que o número de filhos nascidos em cada família diminui drasticamente com o aumento da renda, isso significa que os gastos com educação por criança crescem muito mais rápido que o consumo total. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 102-103).

Essa descoberta é crucial porque comprova que a renda dos pais é extremamente determinante na educação dos filhos. Crianças ricas, não tão talentosas, terão uma melhor educação que as crianças mais pobres, mesmo que talentosas. A educação é um direito básico que todos devem ter acesso, logo deixá-la a mercê do mercado acaba fazendo trazendo uma injustiça para aqueles sem condições.

Em conclusão,

Ao menos que possamos eliminar totalmente as diferenças de renda, uma intervenção o lado da oferta pública que torne a educação mais barata seria necessário para chegar perto do resultado socialmente eficiente: garantir que todas as crianças tenham uma chance. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 103).

Em relação a armadilha da pobreza da educação, os autores explicam o que ocorre e nomeiam de "maldição das expectativas" (pag 109). Em países mais pobres, como Madagascar e Marrocos, os pais acreditam que os anos iniciais da educação de um filho são menos relevantes, provem um menor *turnover* no futuro que os anos mais avançados, como ensino médio e graduação. Com isso, a armadilha da pobreza seria como a curva S, figura 4, aonde aqueles que chegam no ensino superior recebem um ganho muito maior se comparado com os que chegam apenas no ensino básico. Porém, as estimativas disponíveis provam um erro nisso: a cada ano a mais de educação, os ganhos futuros crescem proporcionalmente. (BANERJEE, DUFLO, 2005 *apud* BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 111). Logo, não há uma armadilha de pobreza na realidade, mas o fato de os pais acreditarem que os benefícios da educação seguem a curva em S os leva a se comportarem como se houvesse uma

armadilha da pobreza, e, por consequência, criando uma. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 115)

Mas, porque naqueles lugares que, mesmo com presença das escolas alcançando um nível bom de oferta, as instituições de ensino ainda falham? Aí chegamos no ponto da qualidade e estratégias pedagógicas das escolas.

Se até dentro de casa os irmãos de uma família sofrem retaliação se não são os mais inteligentes ou talentosos, na escola não é diferente. Como relatado pelos autores,

(...) a maioria dos sistemas escolares é injusta e ineficaz. Os filhos dos ricos vão para escolas que não só ensinam mais e melhor, mas onde são tratados com compaixão e ajudados a atingir seu verdadeiro potencial. Os pobres acabam em escolas que deixam bem claro que eles não são bem-vindos, a menos que mostrem alguns dons excepcionais, e espera-se que sofram em silêncio até que caiam fora. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 119)

Isso traz o problema da educação para um aspecto mais micro, onde questões de oferta e demanda não são o principal a ser resolver, mas sim a cultura escolar. Muitas crianças desistem de sua vida acadêmica porque se veem inferiorizadas pelos professores ou conteúdos de sala de aula. Isso pode vir de um quadro de professores que não possui empatia pelos alunos e não presta atenção a mais para aqueles que precisam, mas também pode vir de poderes mais altos, como a nova Lei de Direito a Educação, a qual obriga que os professores terminem certo currículo por ano, muitas vezes tendo que apressar o aprendizado das crianças.

### 3.2.4 Instituições

Na segunda parte do livro, "A Economia dos Pobres", os autores Abhijit Banerjee e Esther Duflo trazem para o centro da discussão tópicos institucionais: seguros, microcrédito, poupança pessoal, empreendedorismo e política.

Esses assuntos são de suma importância para o tópico da pobreza, visto que podem ser uma saída para as famílias que lutam contra a miséria ou pequenos empurrões para escapar da armadilha da pobreza.

O primeiro tópico mencionado, seguros, no livro é intitulado pelos autores como "Gestores de fundos de *hedge*<sup>8</sup> de pés descalços". Banerjee e Duflo explicam que um

---

<sup>8</sup> Operações de investimento voláteis e de alta complexidade no mercado. Nelas, os investidores têm maior liberdade de escolha, mas também o risco é muito maior do que os investimentos tradicionais.

amigo deles fez essa metáfora, onde os pobres seriam como administradores de fundo de *hedge* pois eles sempre vivem com enormes riscos. Porém, a diferença está nos níveis de renda e no nível dos riscos. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 160).

Além disso, um administrador de *hedge* do mercado financeiro nunca é 100% responsável pelas perdas do investimento, quando o pobre, seja proprietário de pequenos negócios ou agricultor, sim. Sem contar que a renda dos pobres muitas vezes é imprevisível porque a forma de pagamento de muitos empregos é diária. Os autores apontam que mais da metade dos extremamente pobres nas áreas rurais que estão empregados são trabalhadores temporários, e nas áreas urbanas a estatística chega a 40%. Isso significa que as pessoas recebem por dia ou por serviço feito, fazendo o amanhã uma incerteza. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 161).

Esses dados são relevantes porque revelam quão plausível seria uma família de baixa renda ter um seguro (de vida, de saúde, de imóvel), mas essa ação não é algo comum entre os pobres.

Para diminuir esses riscos, há algumas alternativas que as famílias buscam. Elas podem ser, por exemplo: manter mais de uma ocupação ou mais de uma variedade de produção para ter mais "cartas na manga"; migração temporária, onde um membro da família se muda para a cidade e busca trabalho lá, assim a família não depende de só uma renda e contexto; postura conservacionista na gestão de suas terras e negócios. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 169).

Mesmo com essas ações, a população pobre segue muito sensível a imprevistos e o questionamento do porquê pobres não compram seguros segue em aberto. Os autores trazem algumas respostas para isso. Primeiro, o relacionamento entre as pessoas de famílias e aldeias é muito forte, fazendo que a camaradagem seja comum em casos de necessidade. Além disso, é possível que os pobres não entendam perfeitamente como funciona um seguro – é algo que você paga na esperança de não precisar utilizar. Segundo os autores, houve casos em que clientes da SKS<sup>9</sup> reclamaram que não foram reembolsadas pelo seu seguro saúde do ano anterior, embora não houvessem utilizado. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 171-174).

Porém, apesar dessas causas citadas, os autores acreditam que na verdade o principal problema dessa questão é que o tipo de seguro que o mercado pode oferecer

---

<sup>9</sup> SKS Microfinance, em 2007, era a maior instituição de microfinanciamento da Índia. Ela lançou um programa piloto de seguro-saúde que oferecia maternidade, hospitalização e benefícios contra acidentes.

cobre apenas cenários catastróficos. Isso abala a confiança das famílias em relação as seguradoras, o que é um importante fator de decisão de compra.

Uma situação que exemplifica isso muito bem é a história verídica que os autores contam no livro. Uma mulher indiana decidiu não renovar o seu seguro saúde porque a seguradora não cobriu os gastos que ela teve com a saúde de seu marido. Ele morreu de infecção grave, e sua esposa gastou muito dinheiro com remédios e médicos, mas a seguradora se negou a reembolsá-la porque ele não chegou a ser internado no hospital. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 169).

Muito interligada com a questão do seguro, está o segundo tópico institucional trazido pelos autores: o microcrédito.

Segundo o Banco Central do Brasil, microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. (Manual de Introdução ao Microcrédito, BCB. 2002)

O microcrédito pode ser de extrema relevância porque, dado ao fato de os bancos (sistema financeiro tradicional) não cobrirem essa demanda de crédito dos pobres, caso não haja programas de microcréditos quem assume essa faixa de mercado são os agiotas, e eles cobram taxas de juros altíssimas. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 185).

Para exemplificar esse cenário, Banerjee e Duflo trazem a situação de uma vendedora típica de frutas em Chennai, na Índia.

Quando a vendedora de frutas típicas paga ao atacadista à noite o valor de mil rúpias (US\$51 PPC) de produtos que pegou pela manhã ela dá a ele 1046,90 rúpias em média. Esse pagamento de juros é de 4,69% ao dia. Para entender o que isso significa tente o seguinte cálculo: se você tomou emprestado cem rupias (US\$5,10 PPC) hoje e guardou até amanhã, precisaria pagar 104,69 rúpias. Se mantivesse esse valor por mais 24 horas e o pagasse no dia seguinte, precisaria devolver 109,6 rúpias. Depois de 30 dias o você deveria quase quatrocentas rupias e, depois de 1 ano 1 842 459409 rúpias (US\$93,5 milhões PPC). Portanto, o equivalente a um empréstimo de 5 dólares, se não for pago por um ano, deixa uma dívida de quase 100 milhões de dólares. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 184)

Essas taxas de juros altíssimas foram o que chamou a atenção dos fundadores do microcrédito. Elas são justificadas pelo enorme trabalho que é assegurar que o pobre irá pagar sua dívida e também pelo efeito multiplicador (como chamado nos estudos das Ciências Econômicas) que essas taxas causam. Quando a taxa de juros sobe, o credor tem mais motivos para tentar achar uma forma de não pagar o



empréstimo, o que faz com que ele tenha que ser monitorado mais ainda, aumentando a taxa de juros ainda mais – efeito multiplicador. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 190)

Devido a isso, os formuladores das políticas de microcrédito, principalmente Muhammed Yunus, foram inovadores não somente por trazer uma menor taxa de juros, mas também por achar uma melhor maneira de manejar esses empréstimos. Yunus criou uma instituição financeira chamada *Graamen Bank*, que significa “banco da aldeia” em sua língua mãe.

O *Graamen Bank* desde seu início diferenciou das casas de crédito tradicionais. Ela foi criada com responsabilidade social, e é uma instituição de microcrédito comprometida em fornecer pequenas quantias de capital de giro aos pobres para o autoemprego. Nas últimas duas décadas, o banco chegou a emprestar 6,5 bilhões de dólares para os mais pobres, majoritariamente mulheres, mantendo uma taxa de reembolso consistentemente acima de 98%. (The Graamen Foundation. 2022)

Outra diferença, e a maior inovação trazida por Yunus, é como ele utilizou o prestígio social como ferramenta de cobrança. No *Graamen Bank* (e em outras IMFS<sup>10</sup>) os créditos são dados não somente para uma pessoa, mas sim para um grupo, e todos podem ser responsabilizados pela inadimplência de todos. Isso faz com que os credores se comprometam a pagar não porque um banco está exigindo, mas sim porque pessoas conhecidas irão saber de suas dívidas caso o contrário, e com isso uma reputação pode ser manchada. (BANERJEE, Abhijit. DUFLO, Esther. 2021, pag 195). Entretanto, Banerjee e Duflo trazem um ponto muito importante no seu texto: apesar das IMFs funcionarem, há muitos questionamentos se os microcréditos realmente funcionam como ferramenta para diminuição da pobreza.

Em um experimento dos autores onde eles acompanharam os efeitos da expansão de uma IMF na cidade de Hyderabad, Índia, percebe-se que a fração de famílias que iniciaram um novo negócio após essa expansão aumentou de 5% para um pouco mais de 7%. (BANERJEE, Abhijit. DUFLO, Esther. 2021, pag 199). Esses e outros resultados mostraram que o efeito de microcrédito existe, mas ele não é revolucionário. Nas palavras dos autores:

---

<sup>10</sup> Instituições de Microfinanciamento. Uma IMF muito famosa e citada no livro *A Economia dos Pobres é a Spandana*, que foi criada pela indiana Padmaja Reddy.

Como economistas ficamos bastante satisfeitos com os resultados: o objetivo principal das micro financiadoras parecia ter sido alcançado. Não era milagroso, mas estava funcionando. Precisava-se de mais estudos para ter certeza de que não se tratava de um acaso feliz, e seria importante ver como as coisas correriam ao longo prazo, mas até então estava tudo bem. Em nossa mente, o microcrédito conquistou seu lugar de direito como *um* dos instrumentos essenciais na luta contra a pobreza. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 200).

Em resumo, para os autores o microcrédito cumpre seu papel como política de combate a pobreza. A inflexibilidade que as IMFs propõem faz com que não seja o crédito mais popular entre a população mais pobre, a qual ainda muitas vezes prefere recorrer a um agiota, mas sua influência positiva nas finanças das famílias já foi comprovada. É preciso compreender que o microcrédito é apenas uma das armas possíveis na luta contra a pobreza. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 201).

Refletindo sobre esses dois primeiros tópicos institucionais trazidos, é de se perceber que eles não seriam necessários se o pobre tivesse a possibilidade e/ou capacidade de economizar (terceiro tópico).

Na realidade muitos pobres até economizam, só que não pelos meios convencionais. Famílias pobres de Bangladesh, Índia e África do Sul usufruem de diferentes maneiras de poupar, como por exemplo clubes de poupança, onde os membros se certificam das economias uns dos outros, e créditos rotativos, método em que poupadores se encontram com certa periodicidade e dão x quantidade de dinheiro para o grupo e de maneira rotativa cada mês alguém fica com toda quantia arrecadada. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 214).

Os bancos não têm interesse em gerenciar contas pequenas porque a baixa quantia e movimentação de dinheiro torna muito cara a administração da conta. E pelo outro lado, o pobre não tem interesse em abrir uma poupança em bancos devidos aos custos do banco, sem contar os gastos para ir até o banco, que normalmente se localiza apenas no centro das cidades. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 216).

Além disso, quando falamos em economizar, está presente também a já mencionada em inconsistência do tempo. No livro, os autores se referem a ela no tópico de economizar quando falam sobre autocontrole. Nesse contexto, a inconsistência do tempo se refere a que "as coisas que temos orgulho ou prazer em comprar no futuro nem sempre são as que acabamos por comprar hoje." (pag 224)

Banerjee e Esther Trazem um exemplo de agricultores e fertilizantes do Quênia. Esses agricultores alegam que quando possuem lucros em uma colheita, até chegar no momento do próximo plantio essa renda já se foi: se o dinheiro ficar em casa, ele desaparece. É o que contou a agricultou queniano Wycliffe Otieno para os autores. Porém, mesmo que o agricultor queira comprar o fertilizante logo após a colheita para “forçar” esse investimento, inúmeras vezes os fornecedores desses produtos não os possuem na hora certa. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 221-223)

A falta de autocontrole dos mais pobres também está atrelada a falta de esperança. Muitas vezes os desejos dos pobres são bens mais caros, como geladeiras ou casas, o que demanda um esforço muito maior de compra.

O resultado é um círculo vicioso. Poupar é menos atraente para os pobres porque para eles a meta tende a estar muito distante, e eles sabem que haverá muitas tentações pelo caminho. Mas evidentemente se não pouparam, permanecem pobres. (BANERJEE, MULLAINATHAN, *apud* BANERJEE, DUFLO, Esther. 2021, pag 229)

Um fato que remete também a seguros e microcrédito é que essa falta de autocontrole está significativamente correlacionada com a falta de segurança financeiras das famílias. Se existisse um seguro eficaz para essa faixa da população ou redes de seguros sociais (uma renda mínima), o exercício de poupar seria estimulado, isso dado ao fato de que “se criaria a sensação de que o futuro mantém promessas e diminuiria o nível do estresse que prejudica diretamente a capacidade de tomar decisões.” (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 234)

O quarto tópico institucional do livro é sobre empreendedorismo. Nesse texto, os autores discorrem sobre a premissa que temos de que o pobre é um empreendedor nato e que no ambiente certo e com certa ajuda consegue prosperar.

Porém, há dois pontos de atenção que é preciso ser levado em conta. Mesmo com inúmeras histórias de superação conhecidas <sup>11</sup>, a grande maioria de empreendimentos das classes mais baixas é (1) muito pequeno e (2) pouco ou nada lucrativo. Na pesquisa feita pelos autores em 18 países, a realidade encontrada foi que a grande maioria dos negócios administrados pelos pobres nunca cresce a ponto

---

<sup>11</sup> Os autores trazem, por exemplo, a história de Xu Aihua, uma criança pobre de uma vila chinesa que conseguiu montar uma multinacional de confecção de vestuário. Por ser muito inteligente, a vila decidiu enviar Xu por um ano para a escola local de design de moda com o intuito de no seu retorno virar uma líder local. Porém, ao retornar para a casa os anciões decidiram que ela era muito nova e não deveria se tornar o prometido. Xu então decidiu empreender no ramo de roupas, onde começou ensinando mulheres da aldeia a costurar, e depois reuniu suas melhores alunas e montou uma produção local. Com o crescimento de seu negócio, ela chegou a produzir até para marcas como *Macys* e *Benetton*. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 240)

de ter algum empregado ou uma boa quantidade em termos ativos. Por exemplo, na Tailândia, pequenos empreendimentos tiveram um lucro mediano anual de 5 mil *baht* (US\$ 305 PPC) após a dedução dos custos da empresa, mas sem contabilizar o tempo de trabalho da família. Inclusive, 7% das empresas familiares haviam perdido dinheiro no último ano. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 243-245).

Fazendo uma conexão com o tópico do microcrédito, os autores mencionam que se os negócios dirigidos pelos pobres não são, em geral, lucrativos, isso pode explicar por que lhes dar um empréstimo para iniciar um novo negócio não leva a uma melhoria drástica em seu bem-estar.

Eis o paradoxo dos pobres e de seus negócios: eles são enérgicos e engenhosos e conseguem fazer muito com muito pouco, mas a maior parte dessa energia é gasta em empreendimentos que são demasiado pequenos e totalmente indiferenciados muitos dos muitos que existem ao seu redor. Em consequência, seus donos não têm chance de ganhar uma vida razoável. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 249).

Ainda no tópico de empreendedorismo, os autores trazem seu oposto - bons empregos. Esse ponto é muito interessante porque traz uma das razões mais válidas para a baixa prosperidade dos negócios das famílias pobres: para os pobres, tornase um empresário não faz parte de suas aspirações.

Banerjee e Duflo contam que em suas pesquisas perguntavam para os pais das famílias quais eram as suas ambições para seus filhos. Em todos os países da amostra, o sonho mais comum dos pobres era que seus filhos se tornassem funcionários públicos. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 258).

Empregos bons para os pobres significam estabilidade e tranquilidade de que dinheiro entrará todo mês e há uma lei que os protege. Isso abre espaço na mente das pessoas para pensar e planejar melhor as suas vidas. Os autores dizem,

É por isso que um bom emprego é importante. Um bom emprego é um trabalho estável e bem pago, um trabalho que dá a uma pessoa o espaço mental necessário para fazer todas as coisas que a classe média faz bem. Essa é uma ideia qual os economistas muitas vezes resistem, com base no fundamento razoável de que bons empregos podem ser caros e empregos caros podem significar menos empregos. Mas se bons empregos significam que as crianças crescem em um ambiente onde são capazes de tirar o máximo proveito de seus talentos, pode valer a pena o sacrifício de criar um pouco menos desses empregos. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 262)

Em resumo sobre os quatro primeiros tópicos (seguros, microcrédito, economizar e empreendedorismo), é preciso compreender que esses recursos podem ter um papel muito importante para conseguir sair da pobreza. Os pequenos negócios

continuarão sendo a única maneira de muitas famílias pobres conseguirem sobreviver – mas estaríamos nos enganando se achássemos que eles podem abrir caminho para uma saída em massa da pobreza. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 267).

O último tópico institucional e também do livro é sobre política. Os autores iniciam esse assunto dizendo: "Até mesmo as políticas públicas mais bemintencionadas e bem pensadas podem não causar impacto se não forem implementadas de forma adequada." Nessa colocação, eles já trazem ênfase para as políticas públicas, não apenas política.

Eles mencionam que seguidamente seu trabalho é questionado pelo fato dos ensaios randomizados controlados que fizeram nos 18 países por mais de uma década não respondem grandes questões sobre desenvolvimento. Porém, esse foco na macroeconomia é justamente o que os autores revogam. Eles trazem que nessa linha de pensamento, o verdadeiro problema do desenvolvimento não é descobrir boas políticas públicas, e sim resolver o processo político. Banerjee e Duflo acreditam que o progresso gradual e o acúmulo de pequenas mudanças podem, às vezes, terminar em uma revolução silenciosa. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 269-270).

Um dos grandes e quem sabe maior problema que os países em desenvolvimento enfrentam referente a política é a corrupção. E isso não é um acaso: países em desenvolvimento passaram grande parte de sua história sob comando dos impérios.

São países que herdaram do período colonial um conjunto de instituições que não foram criadas por governantes coloniais para o desenvolvimento do país, mas para maximizar a extração de recursos em benefício das potências coloniais. Após a descolonização, os novos governantes acharam conveniente manter as mesmas instituições extrativistas e usá-las em seu próprio benefício, iniciando assim um círculo vicioso. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 272)

Dado isso, autores como Paul Collier alegam que cabe ao mundo ocidental resgatar esses países presos no subdesenvolvimento e salvá-los, nem que seja por intervenção militar.

Porém, há autores como William Easterly que são críticos a essa ideia. Ele aponta que o problema central é que é mais fácil assumir o controle de um país do que saber como fazê-lo funcionar bem. Para esse autor, o processo de melhoria da política deve ser de baixo para cima e a liberdade não pode ser imposta de fora, porque do contrário não será liberdade. Ele acredita que uma campanha pelos ideais

de igualdade e direitos individuais deve ser feita, e com isso a população pode se engajar a mudar. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 276).

Entretanto, ao longo de todo livro Banerjee e Duflo mostram que instituições ruins são muito persistentes e enraizadas, logo é muito improvável que sejam eliminadas naturalmente. Mas os autores também enfatizam constantemente a importância dos detalhes. É preciso perceber que cada grande instituição se concretizada na realidade por meio de muitas instituições locais menores e específicas. Segundo eles, para realmente entender o efeito das instituições na vida dos pobres, o que é necessário é uma mudança na perspectiva de INSTITUIÇÕES em maiúsculo para instituições em minúsculo - a visão de baixo. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 277).

Esse detalhismo é importante porque consegue trazer *workarounds* para a ineficiência do Estado em fazer políticas públicas eficazes. Pela perspectiva das instituições (em minúsculo), os autores pontuam a ideia de dar mais poder para o povo, devolver a política anti-pobreza aos pobres, visto que são eles que possuem as melhores informações: como é a realidade, o que precisam e o que querem. Todavia, essa abordagem de passar o poder para as pessoas é muito complicada, porque pessoas diferentes possuem ideias diferentes.

Além de ideias diferentes, as pessoas têm interesses diferentes, e se forem sempre os mesmos grupos que se manifestarem sobre política (nesse contexto de poder para o povo) a criação de regras pode ser monopolizada pela elite. Com isso, os autores concluem que “talvez seja melhor que a descentralização seja planejada por uma autoridade centralizada, tendo em mente os interesses dos menos favorecidos ou menos poderosos. Poder para o povo, mas não todo o poder. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 284).” O exemplo que eles trazem desse tipo de intervenção é cotas eleitorais – restrições sobre os representantes traz uma representatividade plural e adequada para o poder.

Outro ponto importante sobre política que os autores trazem é a economia política. Ela é a visão de que a política tem primazia sobre a economia. As instituições definem limitam o escopo da política econômica. Mas isso é contestado pelos autores, porque para eles políticas públicas não são totalmente determinadas pela política.

Como colocado por eles, boas políticas (às vezes) acontecem em ambientes políticos ruins. E, o que talvez seja mais importante, políticas ruins acontecem (muitas vezes) em ambientes políticos bons. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 289).

Dois exemplos disso são:

1. A Indonésia do ditador Suharto. Ele era conhecido por ser muito corrupto, ou seja, a Indonésia se encontrava num ambiente político desfavorável. Porém, Suharto acreditava no poder da educação (para difundir ideologias) e na importância de uma língua única para o país. Com isso, em seu governo – corrupto – a escolaridade aumentou e futuramente, em consequência, também os salários.
2. As enfermeiras de Udaipur (Índia). Com intenções muito boas, após descobrir o índice de ausência das enfermeiras nas aldeias as autoridades locais decidiram intensificar as regras de trabalho dessas mulheres. Elas começaram a ter que “bater ponto” e ter seu trabalho monitorado. Caso não comparecessem, em um mês, pelo menos 50% do tempo obrigatório, teriam seus salários reduzidos. Porém, o trabalho dessas enfermeiras exige muito esforço. Elas levam duas horas para se deslocar até as aldeias, precisam ficar sob um sol escaldante e mudar o pensamento de pessoas que já se convenceram de que as medidas de saúde pública não funcionam. Isso é extremamente exaustivo, e não é surpresa que essas novas regras impostas pelas autoridades não tiveram sucesso. Elas trocaram suas ausências sem justificativas por “dias de isenção”, fazendo com que essa nova política de cobrança fosse um total insucesso.

Nesse segundo exemplo, fica claro que

(...) essas regras provavelmente foram colocadas no papel por um burocrata bem-intencionado, que tinha suas próprias opiniões sobre o que o sistema deveria fazer e não prestou muita atenção ao que isso exigia de fato. Trata-se do que chamamos, para resumir, do problema dos “três Is”: ideologia, ignorância e inércia. Esse problema aflige muitos dos esforços feitos para supostamente ajudar os pobres. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 294)

Os autores trazem o fato de que muitos formuladores de políticas ocidentais são pessimistas quando se trata de instituições e políticas públicas. Eles culpam o colonialismo, velhas instituições agrárias e até o cenário cultural dos países. Independente do motivo, todos concluem que instituições políticas ruins e malintencionadas são em grande parte responsáveis por manter os países em desenvolvimento na pobreza. Porém, se diferem quando se trata do que fazer em relação a isso. Alguns acreditam ser uma causa perdida e outros apostam em impor mudanças institucionais de fora.

Para Banerjee e Duflo,

O foco nas instituições amplas como condição necessária e suficientes para que qualquer coisa boa aconteça está de algum modo mal colocado. As restrições políticas são reais e tornam difíceis encontrar grandes soluções para grandes problemas. Mas há um espaço considerável para melhorar as instituições e as políticas na margem. A compreensão cuidadosa das motivações e das restrições de todos (pessoas pobres, funcionários públicos, contribuintes, políticos eleitos e assim por diante) pode levar a políticas públicas e instituições que estejam mais bem elaboradas e menos propensas a serem pervertidas pela corrupção ou pelo abandono do dever. Essas mudanças serão graduais, mas se sustentarão e se desenvolveram por si mesmas. Elas podem ser o início de uma revolução silenciosa. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 301).

### 3.3 Conclusões do Livro

Para finalizar, resumir e retomar os principais pontos do livro, os autores sintetizaram cinco principais lições.

Figura 6 - As Cinco Principais Lições do Livro

LIÇÕES PRINCIPAIS DO LIVRO "A ECONOMIA DOS POBRES"	
1	<b>Os pobres carecem geralmente de informações críticas e acreditam em coisas que não são verdadeiras.</b> Eles duvidam das fontes de informações do governo. Campanhas de informação devem trazer fatos desconhecidos entre os pobres, devem ser feitas de maneira lúdica e devem vir de fontes seguras para a população.
2	<b>Os pobres são responsáveis por demasiados aspectos de suas vidas.</b> Eles são responsáveis pela sanitariedade de sua água, de poupar mesmo que os bancos não aceitem seu dinheiro, entre outros. Isso pode ser melhorado se opções padrões fossem implementadas ou recebessem pequenos "empurrões" que facilitassem sua vida.
3	<b>Há boas razões para a ausência de alguns mercados voltados aos pobres, ou para que os pobres enfrentem preços desfavoráveis.</b> E para amenizar isso, é preciso reconhecer que em certos casos as condições para mercados emergirem sozinhos não existem. Logo, os governos devem intervir para apoiar o mercado a fim de prestar serviços acessíveis.
4	<b>Países pobres não estão fadados ao fracasso porque são pobres ou tiveram uma história infeliz.</b> Com certeza existem inúmeras problemas drásticos devido a heranças históricas e monopólios da elite, mas muita das dificuldades estão mais relacionadas com a incompetência evitável na elaboração de políticas públicas e o problema dos três Is: ignorância, ideologia e inércia.
5	<b>As expectativas a respeito do que as pessoas são capazes ou incapazes de fazer muitas vezes acabam se transformando em profecias autorrealizáveis.</b> Crianças desistem de estudar porque são inferiorizadas nas escolas e enfermeiras não comparecem ao trabalho porque ninguém as espera que elas vão. E pelo outro lado, o sucesso também se alimenta de si mesmo – não é preciso temer a distribuição de bens e capitais quando necessário para iniciar um círculo virtuoso.

(BANERJEE, Abhijit. DUFLO, Esther. 2021, pag 304 - 304)

Porém, é preciso ressaltar que o livro não abrange todos os tópicos relacionados a pobreza. Esse tema é extremamente complexo e com multifacetado, fazendo com que os entusiastas sobre o assunto tenham uma fonte infinita para discussão. Os autores pontuam:



Apesar dessas cinco ligações, estamos muito longe de saber tudo o que podemos e precisamos saber. Esse livro é, em certo sentido, apenas um convite para olhar mais de perto. Se resistirmos ao tipo de pensamento preguiçoso e padronizado que reduz todos os problemas ao mesmo conjunto de princípios gerais; se ouvirmos os próprios pobres e nos forçamos a compreender a lógica de suas escolhas; se aceitarmos a possibilidade de erro e sujeitarmos todas as ideias, inclusive as aparentemente mais sensatas, a testes empíricos rigorosos, seremos capazes não apenas de construir um conjunto de políticas eficazes, mas também de entender melhor por que os pobres vivem da maneira como vivem. Armados com essa compreensão paciente, podemos identificar as armadilhas da pobreza onde elas realmente estão e saber quais ferramentas precisamos dar aos pobres para ajudá-los a sair delas. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 308).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abhijit Banerjee e Esther Duflo são dois economistas que dedicaram toda sua vida para à acadêmica, principalmente nos tópicos de desenvolvimento, pobreza e políticas públicas.

Isso se comprova em seus trabalhos e citações. Ao procurar seus nomes no Google Acadêmico, cerca de dez mil e quinhentos resultados aparecem. Isso inclui seus próprios livros e artigos, além de citações em outros trabalhos. Quando falamos apenas no livro "A Economia dos Pobres", o Google Acadêmico aponta 206 citações e 21 artigos diretamente relacionados ao livro.

O trabalho feito no livro "A Economia dos Pobres" é de destaque porque através dos resultados de seus "Ensaio de Controle Randomizados" (*randomized control trial, RCTs*) Banerjee e Duflo trazem um olhar micro para problemas macro. Fornecer alimentos fortificados para mulheres grávidas e pais de crianças pequenas não irá acabar com a fome no mundo, mas impactará a vida dessas crianças para sempre, refletindo em melhores salários e maiores expectativas de vida no futuro.

Apesar de sua grande credibilidade no meio, como esperado também há críticas a essa abordagem dos autores. Martin Ravallion, autor muito citado no começo desse trabalho, escreveu um artigo chamado *Fighting Poverty One Experiment at a Time: A Review of Abhijit Banerjee and Esther Duflo's Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty*. Nele, Ravallion questiona principalmente a confiabilidade que os Ensaio de Controle Randomizados têm, por que, segundo esse autor, esses resultados só podem ser evidentes para o grupo que o ensaio foi feito, não podendo ser escalado para grandes populações, além de também ensinar que os autores parecem não levar o consentimento das pessoas envolvidas a sério.

Ele diz que claramente as pessoas não sabiam que estavam participando de um experimento. (RAVALLION, 2012).

Mesmo com essas críticas, é inegável o poder que as descobertas desses autores têm. Sim, é possível que suas soluções não sejam escaláveis para grandes grupos, mas "pequenas" melhorias não podem ser menosprezadas.

Numa retomada histórica, Banerjee e Duflo se diferem das outras linhas de pensamento porque eles saíram do campo das ideias e colocaram em prática repetidamente diversos experimentos para entender e achar saídas para a pobreza, mesmo que sejam soluções focalizadas.

Enquanto autores como Sachs trazem o foco para a importância da ajuda externa, Banerjee e Duflo se dedicam as ações que devem ser feitas depois que essa ajuda já chegou. Amartya Sen tem sua teoria focada em que as pessoas não têm uma liberdade verdadeira para prosperar, já em "A Economia dos Pobres" os autores mostram que os pobres muitas vezes têm essa liberdade dita pelo Sen, mas nem sempre faz sentido exercê-la sem nenhum incentivo. O fator disruptivo desse livro se encontra na colocação de ações focalizadas como ponto principal para o combate a pobreza, enquanto as outras teorias têm foco em questões macroeconômicas e perguntas generalistas.

Por fim, conclui-se que a pobreza é um problema enorme e muito presente no mundo, e apesar de parecer insolucionável, na verdade podemos tomar atitudes focalizadas que fazem uma real diferença na vida das pessoas. Existem muitas pessoas e instituições bem-intencionadas dispostas a trabalhar pela prosperidade das famílias e países, e se os recursos forem alocados onde são demandados de verdade e utilizados da maneira certa (certa para aqueles que os recebem), podemos manter a esperança de que ao longo do tempo a pobreza vai se esvaír.

## 5 REFERÊNCIAS

- BAIRD, S. HICKS, J. KREMER, M. MIGUEL, E. **Worm at Work: Long Run Impacts of Child Health Gains**. 2010.
- BANERJEE, Abhijit. DUFLO, Esther. **A Economia dos Pobres: uma nova visão sobre a desigualdade**, 2021.
- BANERJEE, Abhijit. MULLAINATHAN, Sendhil. **The shape of temptation: implications for the economic lives of the poor**. MIT abril 2010 mimeografado.
- DA COSTA, Ana Paula. SANTIAGO, Maria Cristina. **Liberdades substantivas, planejamento familiar e reprodução Humana assistida: análise à luz da perspectiva de Amartya Sen**
- HEILBRONER, Rober. **A História do pensamento econômico**. 1996 Editora Nova Cultural Ltda.
- JENSEN, Robert. MILLER, Nolan. **Giffen Behavior and Subsistence Consumption** American Economic Review, v. 98, n.4, 2008, pp.1553-77
- JOHNSTON, David. **The Idea of a Liberal Theory: A Critique and Reconstruction** New Jersey: Princeton University Press, 1996 pp. 101–103.
- MARQUES, V.T.; SPOSATO, K.B.; LOURENÇO, L. C. **Direitos Humanos na democracia contemporânea: velhos e novos embates**. Volume iii Editora Bonecker Ltda 1 edicao 2018
- NEDEL, José. **A Teoria ético-política de John Rawl: Uma tentativa de integração de liberdade e igualdade**. 2000
- O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022. **ONU**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188877-agencias-da-onu-lancam-relatorio-global-sobreseguranca-alimentar-e-nutricao>
- População Brasileira em 2022. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>
- RAVALLION, Martin. **Fighting Poverty One Experiment at a Time: A Review of Abhijit Banerjee and Esther Duflo's Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Povert**. 2011
- RAVALLION, Martin. **The Economics of Poverty: History, Measurement, and Policy**. 2016 Oxford University Press
- RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça** (trad.): São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. 1754. **Discourse on the Origin of Inequality, A Discourse on a Subject Proposed by the Academy of Dijon: What Is the Origin of Inequality among Men, and Is It Authorised by Natural Law?** 1754.Indianapolis: Hackett Press.
- SEN, Amartya. **Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements**. 1981
- SILVEIRA, Pablo da, **John Rawls y la Justicia Distributiva**. Campos de Ideias. SL. Madrid, 2003, p. 178;

SMITH, Adam. **Os Economistas - A Riqueza das Nações**. Pag 129. 1996. Círculo do Livro Ltda

STRAUSS, John. **Does Better Nutrition Raise Farm Productivity?** *Journal of Political Economy*, v. 94. 1986, pp.297-320

Standing Still is not an Option: Global Wealth 2022. **BCG**. Disponível em:  
<https://webassets.bcg.com/24/f5/f3776eb4427fa57471dddc921211/bcg-global-wealth-standingstill-is-not-an-option-jun-2022-r-4.pdf>

TOWNSEND, Joseph. **A Dissertation on the Poor Laws**. 1786, sect. III

1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza; grupos étnicos e mulheres são os mais afetados. **ONU News** 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812>